



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 10/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado celebrou a conquista do Clube de futebol Paysandu no Campeonato Paraense, após vitória sobre o Clube do Remo, e mencionou a rivalidade do futebol no Pará. Abordou o Dia Internacional das Mulheres e destacou mobilizações contra o feminicídio e a violência contra mulheres e meninas, ao afirmar que o respeito às mulheres constitui dever. Agradeceu à Comissão de Direitos Humanos pela aprovação de Projeto de Lei nº 2.952, de 2019, de sua autoria que prevê pensão para colonos levados pelo Governo às regiões da Transamazônica e da BR-163 entre 1971 e 1974. Também comemorou o início da vacinação contra a malária no SUS para crianças até 16 anos. Por fim, defendeu a inclusão na pauta do Projeto de lei complementar nº 185, de 2024, que trata da chamada aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, e registrou a criação de cursos de Medicina na Ufopa e na Unifesspa.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Governador Ibaneis Rocha e apontou suposto rombo bilionário no Banco de Brasília. Informou que a proposta de utilizar lotes do Distrito Federal como garantia para cobrir prejuízo representou risco ao patrimônio público, ao afirmar que os imóveis teriam valor superior ao montante da dívida. Citou notícia sobre pagamento de 38 milhões de reais ao escritório de advocacia ligado ao Governador por empresa de investimentos. Também mencionou disputa política envolvendo o nome de José Roberto Arruda e afirmou que aliados do Governador estariam mobilizados para conter sua candidatura. Por fim, cobrou explicações, pediu respeito ao povo do Distrito Federal e defendeu investigação sobre os fatos citados.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a presença de lideranças comunitárias de Várzea Grande (MT), durante sessão na Câmara dos Deputados. Apresentou Sandra Regina e Alex, conhecido como Força Jovem, que visitaram Brasília para tratar de demandas pessoais e acompanhar os trabalhos legislativos.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado afirmou que o País enfrentou cenário de preocupação diante de denúncias de corrupção e citou o chamado caso do Banco Master, que, segundo ele, envolveria autoridades de diferentes instituições. Defendeu investigação sobre possíveis irregularidades e afirmou que todos os agentes públicos devem responder à lei em caso de desvios de recursos. Também cobrou atuação das instituições da República e criticou posturas que, segundo ele, representaram omissão na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

apuração dos fatos. Ao final, informou que protocolou, com outros colegas, mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para que o Presidente do Congresso Nacional realizasse a leitura do pedido de instalação de CPMI para investigar o caso.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado registrou a presença de Caco Siqueira e Ionara durante sessão na Câmara dos Deputados. Destacou a atuação de Caco Siqueira nas redes sociais e sua mobilização em defesa dos direitos de aposentados e pensionistas, com pautas relacionadas a remuneração e garantia de direitos.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado apresentou conjunto de projetos de lei voltados à liberdade religiosa, ao fortalecimento de comunidades de fé e à ampliação de direitos. Destacou o Estatuto do Líder Religioso, que reuniu normas existentes e previu novos direitos, incluindo proteção previdenciária e aposentadoria para líderes religiosos. Também defendeu política nacional de acesso gratuito ao registro civil e isenção de taxas cartorárias para entidades sociais e religiosas. Por fim, propôs política de proteção a brasileiros em missão religiosa no exterior, com assistência consular, monitoramento de riscos e possibilidade de repatriação em situações de ameaça.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado informou que participou, no Ministério de Portos e Aeroportos, da assinatura da concessão federal do Aeroporto de Jericoacoara (CE) à empresa alemã Fraport, responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE). Relatou que, durante o evento, o Ministro Silvio Costa Filho e o Secretário de Turismo do Ceará, Deputado Eduardo Bismarck, anunciaram a futura concessão do Aeroporto de Sobral (CE) para operação integral. Também destacou a relevância da medida para o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária, para a expansão do turismo e para o desenvolvimento econômico do Ceará.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado cobrou esclarecimentos sobre mensagens que, segundo reportagens, teriam sido trocadas entre Daniel Vorcaro e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, após perícia da Polícia Federal. Afirmou que o caso levantou questionamentos sobre a atuação das instituições e defendeu apuração dos fatos. Também mencionou julgamento sobre a prisão de Vorcaro e manifestou expectativa de manutenção da medida para permitir investigações. Por fim, registrou homenagem póstuma à jornalista Lauristela Guimarães, do Mato Grosso, destacada por sua atuação no jornalismo investigativo e policial.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado registrou a presença, na Câmara dos Deputados, de delegação do Município de Bofete (SP). Apresentou o Prefeito Carlinhos, acompanhado de Pedro Oliveira, Rafael Boi, Vice-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Prefeito, além de representantes da administração municipal, entre eles Diego, da área da saúde, Paulo Ricardo, da agricultura, Rubinho Bava, chefe de gabinete, e William, do transporte.

Eros Biondini (PL - MG) - O Deputado cobrou a convocação de sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais, com destaque para o veto ao projeto da dosimetria de penas. Também mencionou denúncias relacionadas ao caso do Banco Master e criticou o que classificou como tratamento desigual em decisões judiciais. Ao final, relatou mobilização solidária para ajudar Municípios da Zona da Mata mineira atingidos por fortes chuvas, com envio de água, alimentos e materiais de limpeza a cidades como Juiz de Fora (MG) e Ubá (MG), além de manifestar solidariedade às famílias afetadas.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado criticou o impacto de tensões internacionais sobre o mercado de petróleo e afirmou que ações militares de Estados Unidos e Israel contra o Irã provocaram instabilidade e aumento no preço da *commodity*. Denunciou suposta especulação na venda de combustíveis no Brasil, ao relatar alta nos preços da gasolina e do diesel em postos de São Paulo, mesmo sem reajuste anunciado pela Petrobras. Também defendeu atuação da Agência Nacional do Petróleo e da Polícia Federal para investigar possíveis irregularidades e coibir práticas que, segundo ele, prejudicam a economia popular.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado afirmou que recebeu manifestações de indignação de cidadãos do Rio Grande do Sul em relação a decisões e denúncias envolvendo o Supremo Tribunal Federal. Criticou a atuação de Ministros da Corte diante de reportagens sobre supostas mensagens atribuídas a Daniel Vorcaro e a integrantes do Judiciário. Também declarou que assinou pedidos de *impeachment* contra os Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e defendeu investigação sobre os fatos mencionados. Ao final, argumentou que o modelo de escolha de Ministros do Supremo deveria ser revisto.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou o Dia Internacional da Mulher como momento de reflexão e compromisso com a defesa da vida e dos direitos das mulheres. Informou que apresentou dois projetos de lei voltados ao enfrentamento desse problema. O primeiro altera a Lei Maria da Penha para estabelecer diretrizes para a cobertura jornalística e publicitária sobre violência contra a mulher. O outro propõe mudanças no Código de Processo Penal e na própria Lei Maria da Penha para tornar obrigatório o monitoramento eletrônico de agressores em situações de alto risco. Também manifestou apoio às demandas de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado relatou protesto de trabalhadores na empresa Sherwin-Williams, em São Bernardo do Campo (SP), após a demissão por justa causa de um cipeiro que questionou condições de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

trabalho e a exigência de jejum para exames em ambiente considerado insalubre. Criticou a medida e mencionou denúncias de condutas desrespeitosas no local de trabalho, além de manifestar solidariedade ao trabalhador e defender diálogo entre a empresa e o sindicato dos químicos. Também registrou as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP), destacando a participação direta dos trabalhadores na escolha de seus representantes. Por fim, enviou cumprimento a Dom Pedro Luiz Stringhini pelos 25 anos de ministério episcopal, celebrados em Mogi das Cruzes (SP).

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado comentou críticas dirigidas ao Supremo Tribunal Federal e afirmou que decisões e condutas atribuídas a integrantes da Corte têm gerado questionamentos na sociedade. Defendeu transparência e responsabilidade na gestão de recursos públicos e afirmou que eventuais irregularidades devem ser investigadas, independentemente de posicionamento político. Também alertou que a percepção da população sobre instituições públicas pode ter impacto no processo eleitoral. Por fim, relatou reclamações de moradores e profissionais do setor imobiliário sobre demora em procedimentos no Cartório do 1º Ofício de Colatina (ES).

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado afirmou que o País enfrentou crise institucional e criticou o que classificou como retorno de escândalos de corrupção. Citou denúncias relacionadas ao Banco Master e defendeu a instalação de comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos. Também mencionou reportagens que apontaram supostas interações entre Daniel Vorcaro e autoridades, incluindo Ministros do Supremo Tribunal Federal, e pediu investigação sobre as informações divulgadas. Ao concluir, defendeu medidas para preservar a credibilidade das instituições e garantir transparência na apuração de denúncias.

Welter (PT - PR) - O Deputado agradeceu a mais de duzentos Parlamentares pela assinatura da proposta de criação da Frente Parlamentar de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cuja instalação foi anunciada para a próxima terça-feira, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Destacou que o uso de plantas medicinais reúne saber tradicional e respaldo científico, com diversas espécies já reconhecidas pela Anvisa para prescrição. Também afirmou que a iniciativa pode estimular o desenvolvimento local, gerar renda para a agricultura familiar e ampliar alternativas terapêuticas no Sistema Único de Saúde. Por fim, ressaltou que o fortalecimento desse setor também pode abrir oportunidades no mercado internacional e contribuir para a valorização de práticas já presentes na cultura brasileira.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou supostas irregularidades envolvendo o Banco Master e defendeu a criação de uma CPMI para investigar o caso. Afirmou que denúncias sobre empréstimos consignados sem autorização e pagamentos milionários a escritórios de advocacia ligados a familiares de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Ministros do STF levantam dúvidas sobre possíveis esquemas financeiros. Também lembrou investigações de corrupção relacionadas à Petrobras e sugeriu que operações financeiras complexas poderiam estar sendo usadas para movimentar valores desviados no passado. Por fim, defendeu que o Congresso deve aprofundar as investigações para garantir transparência e responsabilização.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado manifestou preocupação com o que classificou como um momento de grave crise institucional no País. Criticou denúncias envolvendo o Banco Master e afirmou que as suspeitas atingem diferentes esferas de poder, incluindo o Executivo, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Acrescentou que é necessário que autoridades mencionadas nas acusações prestem esclarecimentos à sociedade. Também defendeu que o Congresso assuma a responsabilidade de investigar os fatos e garantir transparência no uso de recursos públicos. Ao final, lembrou a Operação Lava-Jato como referência no combate à corrupção e afirmou que a população espera respostas das instituições e de seus representantes.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado informou que protocolou projeto de lei para criar um canal nacional de denúncias de violência e maus-tratos contra animais. Ressaltou que a proposta prevê a implantação de um serviço telefônico exclusivo, além de outros meios de comunicação, para registrar casos de abandono e crueldade, garantindo o encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes. Também afirmou que a iniciativa poderá ser replicada por Estados e Municípios, fortalecendo ações de cuidado com os animais e de combate aos maus-tratos no País.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado manifestou preocupação com a eliminação do candidato Matheus Menezes no concurso para delegado da Polícia Civil de Minas Gerais. Explicou que o candidato, pessoa com deficiência em razão do nanismo, foi aprovado em todas as etapas intelectuais e considerado apto nos exames médicos, mas acabou eliminado no teste de aptidão física (TAF) após ser submetido aos mesmos critérios aplicados aos demais concorrentes, sem adaptações, incluindo exigência de salto mínimo de 1,65 metro na prova de impulsão horizontal. Argumentou que o Estatuto da Pessoa com Deficiência determina a adoção de adaptações razoáveis para candidatos com deficiência e que a função de delegado possui natureza predominantemente jurídico-investigativa. Por fim, manifestou solidariedade ao candidato e defendeu que o caso seja reavaliado pelas instâncias competentes, ressaltando a importância de concursos públicos mais inclusivos e compatíveis com a legislação de inclusão.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação da oposição e comentou temas recentes do debate político nacional, mencionando a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, preso por crimes relacionados à tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito. Também questionou a tentativa de interlocução



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

do ex-Presidente com representantes ligados ao Governo de Donald Trump. Em seguida, abordou investigações envolvendo o Banco Master e o empresário Daniel Vorcaro, criticando o foco de debates e de comissões parlamentares sobre o tema e defendendo que irregularidades teriam origem em gestões anteriores. Afirmou ainda que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) perdeu foco e acusou setores da oposição de utilizarem o tema com objetivos políticos. Fez críticas a Governos Estaduais aliados da oposição, citando o Paraná como exemplo de políticas de privatização e de baixos salários para professores, comparando indicadores salariais com outros Estados. Concluiu afirmando que parte da direita estaria buscando novas narrativas políticas diante das próximas eleições e defendeu que o atual Governo prioriza políticas voltadas às camadas mais pobres da população.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou declarações do Governo dos Estados Unidos sobre a possibilidade de incluir facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, em listas de organizações terroristas. Argumentou que a medida poderia abrir margem para intervenções externas. Além disso, acusou setores da direita brasileira de apoiar essa posição e citou o Senador Flávio Bolsonaro como um dos defensores da aproximação com autoridades norte-americanas. Mencionou o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção, e a tentativa de equipará-las juridicamente ao terrorismo. Por fim, afirmou que iniciativas desse tipo representariam ameaça à soberania nacional e defendeu que o Brasil preserve sua autonomia nas decisões de política interna e de segurança pública.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado comentou denúncias relacionadas ao Banco Master e defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso. Criticou o Governo Federal e afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria envolvimento direto no escândalo, fazendo uma comparação com acusações que também não envolveriam o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Mencionou denúncias de contratos e relações entre autoridades e empresários investigados e argumentou que o Congresso deveria aprofundar as apurações. Ao final, reiterou a defesa da criação da CPMI do Banco Master e pediu avanço nas investigações para esclarecer possíveis irregularidades.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado relatou a realização de assembleia da carreira de Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPGE) no Distrito Federal, destacando a importância desses profissionais para o funcionamento da rede pública de ensino. Disse que a principal pauta da categoria é a reestruturação da carreira com redução de padrões e ganhos salariais reais, além da necessidade de um projeto de lei que reconheça titulações acadêmicas como pós-graduação, mestrado e doutorado na remuneração. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

cobrou do Governo do Distrito Federal a nomeação de candidatos aprovados no último concurso para suprir a carência de servidores. Por fim, mencionou parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para criação de um mestrado profissional voltado à carreira PPGE, financiado por emenda parlamentar, e incentivou a mobilização da categoria para avançar nas reivindicações.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal, destacando a importância do trabalho desses profissionais na prevenção de doenças e na atenção básica à população. Também manifestou apoio à adoção da escala de trabalho 5 por 2, sem redução salarial, argumentando que a medida garantiria melhores condições para os trabalhadores. Além disso, defendeu que mulheres do setor privado tenham os mesmos direitos de licença-maternidade concedidos às servidoras públicas.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado informou ter assinado pedido de *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, alegando suspeitas de irregularidades relacionadas a investigações envolvendo o empresário Daniel Vorcaro e o Banco Master. Afirmou que o pedido teria como base acusações de corrupção e mencionou relatos sobre encontros e supostas relações entre autoridades e o empresário investigado. Também citou a presença de outras autoridades, como Andrei Rodrigues, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Jorge Messias, em eventos mencionados no contexto das denúncias. Ao final, defendeu a necessidade de investigação das acusações e criticou o que classificou como crise institucional envolvendo autoridades públicas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado cobrou posicionamento mais ativo do Senador Flávio Bolsonaro diante de críticas dirigidas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e de denúncias relacionadas ao Banco Master. Afirmou que o Senador teria capacidade de mobilização política e deveria liderar manifestações públicas sobre os temas em debate, especialmente no contexto de investigações e discussões envolvendo Ministros do tribunal, como Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Também mencionou a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar integrantes da Suprema Corte e afirmou que o silêncio de lideranças da direita sobre o caso do Banco Master poderia gerar questionamentos políticos. Ao final, incentivou que o Senador convoque mobilizações populares para pressionar por esclarecimentos sobre as denúncias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Simone Marquette (MDB - SP) - A Deputada registrou a presença do Vereador Henri Arida no Plenário da Câmara, representante do Município de Sorocaba (SP) e filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na ocasião, destacou que a Câmara Municipal da cidade discutia projeto de lei inspirado em proposta de sua autoria já aprovada no Congresso Nacional e sancionada no país, o Projeto de Lei nº 4.440, de 2024, que institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir o atendimento odontológico especializado para a reconstrução dentária de mulheres que tenham sofrido agressões que comprometam a saúde bucal. Por fim, ressaltou a importância de ampliar a aplicação dessa política pública também no âmbito municipal.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e fez ataques ao Ministro Alexandre de Moraes, questionando sua atuação em processos judiciais e defendendo que investigações e julgamentos conduzidos por ele sejam revistos. Também mencionou casos políticos e judiciais envolvendo figuras como Jair Bolsonaro, Alexandre Ramagem, Walter Braga Netto e Augusto Heleno, além de comentar investigações relacionadas ao Banco Master. Em seguida, criticou a nomeação do Delegado da Polícia Federal, Fábio Schor, para atuar como assessor no Supremo, argumentando que policiais federais deveriam permanecer em funções investigativas. Ao final, afirmou que o Senado Federal deveria adotar medidas para apurar a conduta de autoridades mencionadas e responsabilizar eventuais irregularidades.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado registrou a realização da tradicional festa Lava-Pratos no Município de João Lisboa (MA), na Região Tocantina do Maranhão. Ressaltou que o evento voltou a ganhar grande dimensão na atual gestão do Prefeito Fábio Holanda. Informou que, de acordo com estimativa da Polícia Militar, cerca de 70 mil pessoas participaram da celebração ao longo de dois dias, reunindo moradores da cidade e visitantes de Municípios da região, como Imperatriz (MA). Por fim, destacou a organização da festa, o impacto positivo na economia local e a ampliação do acesso à cultura e ao lazer, além de parabenizar a administração municipal pela realização do evento e manifestar expectativa pela próxima edição.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o que chamou de “mastercracia”, expressão utilizada para se referir, segundo ele, à influência de interesses financeiros sobre instituições públicas. Mencionou suspeitas relacionadas ao empresário Daniel Vorcaro e ao Banco Master, defendendo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis vínculos entre o banqueiro e autoridades públicas. Também direcionou críticas a Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, questionando a legitimidade de decisões judiciais diante das acusações mencionadas. Citou, ainda, autoridades e figuras políticas como Ricardo Lewandowski, Guido Mantega, Jacques Wagner, Rui Costa e Luiz Inácio Lula da Silva, além de citar o filho do Presidente, Fábio Luís Lula da Silva. Por fim, afirmou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) deveriam esclarecer os fatos relacionados ao caso, defendendo maior apuração sobre eventuais irregularidades envolvendo autoridades e instituições do país.

ORDEM DO DIA

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.638, de 2023, que institui o Dia Nacional das Mulheres na Construção Civil, a ser celebrado no dia 25 de março de cada ano.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 705, de 2025, que dispõe sobre a afiação de placas, nas unidades de saúde materno-infantil de todo o território nacional, contendo informações sobre a importância da amamentação exclusiva até o sexto mês do bebê, sobre a possibilidade de as lactantes se tornarem doadoras de leite materno, bem como sobre a localização e contato de bancos de leite e postos de coleta situados na unidade federativa.

Meire Serafim (UNIÃO - AC) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 705, de 2025, que dispõe sobre a afiação de placas, nas unidades de saúde materno-infantil de todo o território nacional, contendo informações sobre a importância da amamentação exclusiva até o sexto mês do bebê, sobre a possibilidade de as lactantes se tornarem doadoras de leite materno, bem como sobre a localização e contato de bancos de leite e postos de coleta situados na unidade federativa.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 705, de 2025, que dispõe sobre a afiação de placas, nas unidades de saúde materno-infantil de todo o território nacional, contendo informações sobre a importância da amamentação exclusiva até o sexto mês do bebê, sobre a possibilidade de as lactantes se tornarem doadoras de leite materno, bem como sobre a localização e contato de bancos de leite e postos de coleta situados na unidade federativa.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada registrou a presença do Vereador Flávio Linhares no Plenário da Câmara dos Deputados. Ressaltou que o jovem Vereador, eleito no Município de Blumenau (SC), integrou anteriormente sua equipe como assessor e conquistou mandato no legislativo municipal. Por fim, destacou a importância da formação de novas lideranças políticas e incentivou a participação de jovens na vida pública, mencionando a possibilidade de futuras trajetórias na política nacional.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas”. Em seguida,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

afirmou que a expansão das facções criminosas representa um problema grave de segurança pública no país. Mencionou que uma parcela significativa da população viveria sob influência dessas organizações e citou episódios recentes de violência no Município de Pedro Velho (RN), onde, segundo ele, disputas entre grupos criminosos têm afetado também moradores da região. Também comentou o debate sobre a classificação de facções como Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho como organizações terroristas por parte de autoridades dos Estados Unidos. Por fim, criticou a postura do Governo Federal em relação ao tema e afirmou que o país precisa adotar medidas mais firmes no enfrentamento ao crime organizado.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas”. Na oportunidade, criticou a oposição e o Governo anterior por acabarem com os recursos destinados à cultura.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas”. Na oportunidade, manifestou estranhamento diante de posições contrárias à proposição. Por fim, defendeu a soberania e a autodeterminação dos povos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado denunciou a existência de cartel no setor de combustíveis e criticou o aumento do preço do óleo diesel no Brasil. Afirmou que a elevação ocorreu em meio ao cenário internacional marcado pelo conflito envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel. Informou que o reajuste traria impacto na inflação e no custo de produtos essenciais, como alimentos, frutas e transporte público e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

rodoviário. Solicitou a atuação da Polícia Federal, do Cade, do Procon e do Ministério Público para investigar e coibir o que classificou como aumento criminoso no preço do diesel.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada defendeu a aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado informou que protocolou novo pedido de *impeachment* contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Afirmou que a iniciativa ocorreu diante do que classificou como crimes cometidos pelo Ministro no exercício do cargo e defendeu que o Congresso Nacional analisasse o pedido. Declarou que a medida atenderia a um apelo popular e permitiria esclarecer fatos que envolveriam um golpe bilionário no sistema financeiro brasileiro iniciado no Estado da Bahia durante a gestão do então Governador Rui Costa, atual Ministro-Chefe da Casa Civil. Também defendeu o afastamento do Ministro e pediu que o Congresso investigasse o caso.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Minaçu (GO), Carlos Alberto Leréia, ex-Deputado Federal e ex-Deputado Estadual, que exerceu três mandatos na Câmara. Destacou a relevância do Município goiano pela presença de terras raras e por ser banhado pelo Lago Serra da Mesa, apontado como o maior lago artificial do Brasil. Também saudou a presença do Prefeito de Niquelândia (GO), Eduardo Moreira, e mencionou o potencial mineral da cidade, com ocorrência de níquel, ouro e terras raras, além da localização às margens do mesmo lago. Solicitou que as presenças fossem registradas como visitas honrosas ao Parlamento e informou que os gestores estiveram em Brasília (DF) em busca de recursos para seus Municípios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado anunciou que o PSB ingressou no Supremo Tribunal Federal com ação que solicitou o afastamento do Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e a abertura de investigação sobre sua atuação. Citou reportagens que apontaram ligação entre escritório do Governador e o fundo Reag, investigado na Operação Carbone Oculto, associada a apurações sobre o Banco Master. Também mencionou a relação de outro escritório com sócio do Secretário da Casa Civil do Governo local. Informou que o pedido ao STF incluiu investigação de crimes como corrupção passiva, tráfico de influência, advocacia administrativa, gestão temerária, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Relatou ainda que apresentou mandado de segurança para cobrar a instalação da CPI do Banco Master na Câmara dos Deputados.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado esclareceu o Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada esclareceu o Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade (PNAJOV), dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula. Além disso, relatou ter recebido ação judicial movida pelo Partido dos Trabalhadores após declarações feitas por ele contra o Presidente Lula na CPMI do INSS.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Elisangela Araujo (PT - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada registrou a presença de duas Vereadoras de Morro da Fumaça, em Santa Catarina: Jorgia Guglielmi e Silvana. Destacou a atuação das representantes municipais, que classificou como jovens, cristãs e atuantes, e afirmou que ambas representam o Partido Liberal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e afirmou que houve abusos de autoridade no âmbito do inquérito das *fake news*. Exibiu documentos no Plenário e citou medidas como buscas, apreensões e prisões envolvendo investigados e figuras públicas. Além disso, criticou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pediu mobilização do Senado Federal para avaliar eventual afastamento de Moraes. Por fim, afirmou que levaria as denúncias às redes sociais e disse que o debate envolve a defesa do Estado de Direito.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada defendeu a criação de uma CPMI para investigar o caso envolvendo o Banco Master e afirmou que a apuração deveria ocorrer “do a quem doer”. Declarou que a Federação PSOL–Rede Sustentabilidade havia protocolado o pedido de investigação e criticou adversários políticos por supostas relações com o empresário Daniel Vorcaro. Por último, mencionou decisões de Governos Estaduais sobre investimentos públicos e afirmou que recursos da população não deveriam ser usados para cobrir prejuízos ligados ao caso.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada apresentou notícia sobre decisão judicial que determinou o bloqueio de valores ligados ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi). Mencionou que a entidade teria relação com irmão do Presidente Lula e afirmou que o caso estaria ligado a denúncias envolvendo descontos em benefícios de aposentados do INSS.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências. Ademais, condenou a falta de relevância da proposição, que transmite à população imagem negativa do Parlamento diante de problemas graves do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

País nas áreas de segurança e economia. Além disso, defendeu que a Casa priorize outras proposições mais importantes, de sua autoria, tais como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 30, de 2025, que estabelece regras antiprivilégios para agentes públicos; o Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 76, de 2025, que dispõe sobre a cota para o exercício da atividade parlamentar, a extinção do auxílio-moradia e da ajuda de custo para mudança, bem como a alienação dos apartamentos funcionais; e a PEC nº 3, de 2026, que estabelece alíquota máxima e base de cálculo exclusiva do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para limitar despesas com publicidade institucional e com o Poder Legislativo.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada parabenizou a servidora Christiane Satiê pelo cargo de Secretária-Geral da Mesa, ocupado pela primeira vez por uma mulher.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada homenageou a servidora Christiane Satiê pelo cargo de Secretária-Geral da Mesa, ocupado pela primeira vez por uma mulher. Ademais, elogiou sua capacidade, competência e qualificação no exercício do cargo. Além disso, defendeu que mulheres passem a ocupar permanentemente a Secretaria-Geral da Mesa.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou a votação do Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências. Ademais, afirmou que a pauta não deveria ser prioridade do Plenário. Além disso, sustentou que a Casa deveria deliberar sobre matérias mais relevantes, tais como a redução da maioria penal, a limitação de poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), com estabelecimento de mandato para Ministros da Corte, o fim dos supersalários, aumento de penas para determinados crimes e proposições de sua autoria como a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2026, que estabelece alíquota máxima e base de cálculo exclusiva do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para limitar despesas com publicidade institucional e com o Poder Legislativo, entre outras.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada ressaltou que a Câmara dos Deputados já aprovou o requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula. Ademais, defendeu que a proposição é necessária para assegurar partos humanizados, acolhimento às gestantes e avanço na proteção dos direitos das mulheres e das crianças. Ao final, apelou ao Partido Liberal (PL) para que retire a obstrução ao mérito da matéria, a fim de permitir a aprovação do projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada manifestou confiança de que o Partido Liberal (PL) retiraria a obstrução ao Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula, lembrando que a proposição já havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) sob relatoria da Deputada Bia Kicis. Ademais, lamentou que, mesmo durante a semana e o mês dedicados às mulheres, a Casa enfrente dificuldades para avançar na aprovação de projetos relacionados ao tema.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada esclareceu que o Partido Liberal (PL) retirará a obstrução parlamentar e votará o mérito do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula. Ademais, explicou que a obstrução ocorreu apenas para permitir a análise do texto e sanar dúvidas sobre a proposição. Ao final, informou que, a pedido da Deputada Fernanda Melchionna, o PL apoiará a inversão da pauta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou, como Líder da Oposição, sua posição contrária ao Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências. Ademais, questionou a escolha do Estado da Bahia para a iniciativa e argumentou que outros Estados, como Paraíba, Ceará, Santa Catarina, Pará e Rio Grande do Sul, também poderiam reivindicar tratamento semelhante.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, que dispõe sobre a transferência simbólica temporária da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para o grave momento vivido pela República, destacando a morte de um segurança do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no Palácio da Alvorada e o falecimento de preso relacionado à investigação do Banco Master. Ressaltou ainda que os episódios conturbados levantam interrogações sobre homicídio ou suicídio. Ao final, apelou ao Colégio de Líderes e aos Parlamentares para que atuem com equilíbrio e restabeleçam o Estado de Direito, usurpado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado solicitou a retirada do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 481, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas informativas e educativas permanentes sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências, em virtude de entendimento com a Relatora da proposição.

Daniela do Waguinho (UNIÃO - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 481, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas informativas e educativas permanentes sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 481, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas informativas e educativas permanentes sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 481, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas informativas e educativas permanentes sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou o apagamento da palavra “mulher” em projetos tramitando na Câmara dos Deputados, destacando o texto original do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula, ao utilizar a expressão “pessoas que gestam”. Ademais, condenou o Governo Lula e o Ministério das Mulheres por não saberem definir o conceito de mulher e defendeu o Projeto de Lei nº 5.275, de 2023, de sua autoria, que estabelece o sexo biológico como critério único de definição de "sexo" para fins de definição, coordenação e execução de políticas públicas, altera o art. 38 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e estabelece outras providências. Além disso, alertou que homens biológicos estão buscando ocupar os espaços femininos. Repudiou também setores da Esquerda por tratar criminosos como vítimas da sociedade e atribuiu o aumento dos feminicídios no País às políticas de desencarceramento e à falta de rigor penal. Por fim, defendeu o direito de mulheres à legítima defesa, inclusive com acesso a armas.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 481, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas informativas e educativas permanentes sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula após o desabamento de ponte sob responsabilidade do Governo Federal no Estado da Paraíba, ressaltando que o incidente não deixou vítimas fatais. Ademais, alertou que pontes e estradas federais no Estado estão em condições precárias, sem manutenção. Ao final, condenou o Governo Lula por não cumprir suas promessas de obras, apesar do orçamento superior ao do Governo Bolsonaro, e pelas centenas de obras paralisadas ou em ritmo lento na Paraíba.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão. Ademais, elogiou o relatório da Deputada Delegada Ione e destacou a eficácia da política adotada no Rio Grande do Sul, na qual o monitoramento eletrônico do agressor e o acompanhamento da vítima contribuem para salvar vidas. Além disso, lamentou casos de feminicídio ocorridos mesmo após pedidos de medida protetiva e alertou para falhas na aplicação do instrumento, como negativa judicial, falta de fiscalização e ausência da Patrulha Maria da Penha em diversos Municípios. Por fim, defendeu o fortalecimento das medidas de proteção e o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão. Além disso, prestou homenagem à Deputada Fernanda Melchionna, autora da matéria.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado mencionou o ex-Presidente Jair Bolsonaro ao tratar da situação política no País. Afirmou que o ex-Presidente estava submetido a tortura física e psicológica por parte do Estado brasileiro. Além disso, declarou que existiriam presos e exilados políticos no Brasil, classificando os processos contra essas pessoas como ilegais e motivados por perseguição política. Também afirmou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

instituições nacionais teriam deixado de cumprir o papel de defender a Constituição de 1988. Por fim, criticou a existência de censura à imprensa e denunciou violações contra detentos, além de declarar que a Oposição manteria mobilização até a libertação dos presos políticos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão. Em seguida, afirmou que a Procuradoria-Geral da República pediu o arquivamento do inquérito relacionado às joias recebidas pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro. Além disso, criticou Parlamentares da base do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e parte da imprensa por acusações dirigidas a Bolsonaro durante as investigações. Também declarou que, desde o início, aliados sustentaram que não houve irregularidade no caso. Por fim, comparou controvérsias do período do Governo Bolsonaro com denúncias de corrupção, afirmando que as críticas anteriores tratavam de episódios como não uso de máscara, interação com baleia, passeio de *jet ski* e declarações públicas.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada mencionou a atuação da Deputada Soraya Santos ao tratar da defesa do Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, em debate. Em seguida, agradeceu à Deputada Jack Rocha pela articulação em favor da urgência da proposta desde novembro. Além disso, reconheceu a colaboração do Deputado Marcos Tavares, autor de projeto relacionado ao uso de tornozeleira eletrônica que foi apensado à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

iniciativa e que permitiu coautoria. Também destacou a participação de Deputadas do Rio Grande do Sul que contribuíram com propostas e apoio ao texto, entre elas Franciane Bayer, Denise Pessôa e Maria do Rosário. Por fim, registrou a atuação de Deputadas integrantes da Comissão Externa sobre os Femicídios no Rio Grande do Sul, citando também as Deputadas Daiana Santos e Any Ortiz.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado manifestou o seu posicionamento contrário à proposta de aumento do teto salarial do funcionalismo público. Nesse sentido, criticou notícia sobre reunião entre representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para elevar o limite remuneratório de cerca de 46 mil para 63 mil reais. Além disso, afirmou que votaria contra qualquer reajuste e que divulgaria os nomes de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Parlamentares favoráveis à medida. Também questionou debates sobre supersalários e criticou decisões e negociações envolvendo integrantes dos três Poderes, além de citar posições do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Flávio Dino sobre o tema. Por fim, defendeu o combate a privilégios no serviço público e citou a morosidade na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2025, de sua autoria, sobre o assunto.

Franciane Bayer (REPUBLICANOS - RS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.662, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar tipo penal específico para a lesão corporal praticada contra a mulher em razão do gênero e agravar a pena.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.662, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar tipo penal específico para a lesão corporal praticada contra a mulher em razão do gênero e agravar a pena.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada ressaltou a importância do Projeto de Lei nº 9.600, de 2018, acerca da liberdade de expressão e da dignidade humana. Defendeu a distinção entre o interesse público e a violação da privacidade e apontou o exemplo de imagens de autópsia. Além disso, agradeceu o acolhimento de destaque supressivo do artigo que limitou parte do dispositivo que retira a imprensa, apresentado pelo Partido Liberal. Por fim, reafirmou que a dignidade da vida se sobrepõe aos demais direitos.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada parabenizou a Parlamentar Laura Carneiro e sustentou que preservar e proteger a imagem de vítimas de crimes e acidentes representa medida necessária para evitar sofrimento adicional às famílias, pois a exposição de cenas e registros de violência agrava o transtorno psicológico e prolongado o luto. Além disso, relatou ocorrências de crimes graves no Mato Grosso do Sul no ano anterior, com vítimas mulheres e jovens, e assinalou que a divulgação dessas imagens ampliou a dor familiar, por conseguinte reforçou o mérito do Projeto de Lei nº 9.600, de 2018.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada abordou o conflito entre direitos individuais e coletivos na Constituição Federal e defendeu a definição do interesse público para evitar o sofrimento de famílias. Citou exemplos de exposição indevida de vítimas e assinalou que o Projeto de Lei nº 9.600, de 2018, preencheu essa lacuna legislativa. Além disso, celebrou o acolhimento de destaque do Partido Liberal que estendeu a responsabilidade a todos os comunicadores e reafirmou a proteção à dignidade humana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada agradeceu a aprovação unânime Projeto de Lei (PL) nº 9.600, de 2018, e assinalou a necessidade de proteger a dignidade de vítimas de crimes ou acidentes. Explicou que o PL proibiu a divulgação de imagens de corpos e citou o caso de Marília Mendonça. Além disso, acolheu o destaque do Partido Liberal, que estendeu a proibição a *influencers* e demais cidadãos. Por fim, manifestou confiança na aprovação pelo Senado.

BREVES COMUNICAÇÕES

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada assinalou a relevância da semana da mulher e manifestou insatisfação com o caso de estupro coletivo que chocou o País. Declarou que as redes sociais se tornaram um território livre para ataques misóginos e ódio contra as cidadãs, por conseguinte defendeu a urgente regulamentação das plataformas digitais e a responsabilização das empresas de Internet. Além disso, propôs a implementação de processos educativos nas escolas para o enfrentamento à misoginia e solicitou que a Câmara dos Deputados priorize essa pauta legislativa com o intuito de garantir a proteção e a dignidade das mulheres.

Paulão (PT - AL) - O Deputado parabenizou a pauta feminina e relatou a participação em mobilização contra o feminicídio e pela redução da jornada laboral. Além disso, assinalou a existência de estruturas criminosas no Governo anterior e manifestou insatisfação com o escândalo financeiro do Banco Master. Declarou que a instituição cresceu sem fiscalização sob a gestão de Roberto Neto no Banco Central e apontou relações com a família Bolsonaro. Por fim, criticou a atuação da grande imprensa e defendeu a investigação das relações entre a instituição financeira e a família Bolsonaro.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada assinalou a importância da legislação de proteção aos direitos das mulheres, enfatizando que esse é um tema fundamental para a construção de uma sociedade justa, livre de medos e culpas. Criticou o envolvimento do Governo do Distrito Federal, liderado pelo Governador Ibaneis, em práticas suspeitas relacionadas ao Banco Master. Mencionou conversas sobre uma "estratégia de guerra" para que o Banco de Brasília comprasse o Banco Master, que foi impedido pelo Banco Central. Além disso, mencionou transações imobiliárias envolvendo a família Bolsonaro e questiona a integridade do Governo anterior, citando movimentações financeiras suspeitas relacionadas a Queiroz. Por fim, pediu a saída de Ibaneis do Governo para permitir uma investigação rigorosa.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado afirmou que a semana de votações incluiu pautas relevantes para as mulheres e assinalou o déficit histórico do País. Além disso, citou experiências pessoais no Maranhão com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

lideranças femininas, como a avó que presidiu o Tribunal de Justiça, a Governadora Roseana Sarney e a mãe Deputada. Relatou casos recentes de violência contra mulheres no Maranhão, bem como operações da Polícia Federal e a atribuição de “laranjas” a candidatas com baixa votação. Por fim, defendeu a garantia de espaço político para mulheres pobres e fora de famílias tradicionais.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Presidente da sessão assinalou a gravidade dos crimes contra as mulheres e mencionou casos de feminicídio no Maranhão. Defendeu a participação feminina na política e questionou a relação entre o volume de recursos e o desempenho eleitoral.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado agradeceu a condução da sessão pela Deputada Soraya Santos e parabenizou as Deputadas pela aprovação de matérias voltadas aos direitos e ao bem-estar das mulheres. Além disso, declarou que políticos maranhenses vinculados ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino teriam ameaçado e pressionado o Governador Carlos Brandão para deixar o cargo até 4 de abril, e associou essas movimentações ao resultado de pesquisa do Paraná Pesquisas, na qual Eduardo Braide e Orleans Brandão lideraram, Lahesio Bonfim apareceu em terceiro e Felipe Camarão ficou com 6,9%. Por fim, afirmou ter solicitado esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal e mencionou supostos escândalos envolvendo a Corte.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado aprovou a retirada da pré-candidatura de Dado Dolabella pelo MDB do Rio de Janeiro e assinalou que agressores de mulheres são indignos de mandatos públicos. Além disso, declarou que os homens são responsáveis por esse cenário, por conseguinte defendeu a reeducação escolar de meninos. Por fim, convocou líderes religiosos ao combate à violência doméstica e manifestou insatisfação com a insegurança feminina no País.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 705, de 2025, que incentiva o aleitamento materno e a doação de leite. Declarou que a iniciativa visou salvar vidas e combater a desnutrição infantil no País. Além disso, ressaltou a relevância da amamentação exclusiva até os seis meses para o vínculo materno-infantil. Por fim, agradeceu o apoio dos pares pela vitória legislativa.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado celebrou a entrega das duas primeiras turmas da Força Municipal de Segurança Pública do Rio de Janeiro (RJ) pelo Prefeito Eduardo Paes e assinalou que a iniciativa priorizou treinamento psicológico e técnico antes do armamento da guarda municipal. Além disso, declarou que a atuação prevista não se voltou ao combate ao crime organizado, mas à repressão de pequenas infrações e roubos, como furtos de celulares e bolsas, que afligiram a população carioca. Por fim, parabenizou o Prefeito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

e indicou expectativa de que Eduardo Paes apresentasse um novo modelo de segurança pública ao Estado, com eventual candidatura ao Governo do Rio de Janeiro.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada abordou a aprovação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que garante assistência jurídica qualificada a vítimas de violência, feminicídio e crimes contra idosos em comarcas do interior, evitando que juízes nomeiem advogados sem especialização. Além disso, enfatizou a importância do Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que trata sobre as altas habilidades e superdotação, sendo a primeira legislação do País a tratar crianças com essas características. Informou que o projeto foi construído com contribuição de mães e especialistas internacionais. Por fim, solicitou aprovação das duas matérias.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado manifestou insatisfação com a permanência de Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal e assinalou que o Ministro envergonhou o País. Apontou suposta advocacia administrativa e obstrução de justiça relacionadas a um contrato de R\$ 129 milhões da esposa do magistrado. Além disso, declarou a existência de relação espúria com Daniel Vorcaro e defendeu a renúncia do Ministro.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada apresentou a campanha sobre superdotação e altas habilidades e assinalou a existência de mais de 58 mil crianças no País. Alertou para o alto índice de suicídio nesse grupo e defendeu a dignidade no aprendizado para evitar a perda de talentos. Citou, ainda, o exemplo de uma criança da Favela da Maré no Rio de Janeiro.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado abordou as revelações conectando o Banco Master, fraudes no INSS e o filho do Presidente da República, cuja quebra de sigilo pela CPMI identificou movimentação financeira de 20 milhões de reais em quatro anos. Questionou a suspensão dessa decisão por ato monocrático do Supremo Tribunal Federal, argumentando que tal ação enfraquece o poder fiscalizador do Congresso. Ademais traçou paralelos com esquemas históricos de corrupção, como o Mensalão e o Petrolão, assinalando a proximidade entre interesses privados e o círculo do poder. Por fim, enfatizou a necessidade de o Parlamento se posicionar em defesa de suas prerrogativas institucionais e cobrar transparência na gestão pública, independentemente de quem esteja no Governo.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que regulamenta a profissão de doula no Brasil. Destacou que as doulas exercem papel fundamental ao oferecer apoio físico, emocional e informativo às gestantes e suas famílias, contribuindo para a redução de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

intervenções desnecessárias e melhores desfechos para mães e bebês. Informou que a regulamentação da profissão confere segurança jurídica às profissionais e reconhece o valor de um trabalho que promove acolhimento e cuidado com a vida, reforçando a atuação integrada das equipes de assistência ao parto, sem substituir nem interferir na atuação dos profissionais da saúde.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado manifestou preocupação com o ataque dos Estados Unidos e Israel ao Irã, assim como com o risco de escalada nuclear global. Além disso, lembrou o contexto político do Irã, a morte de Ali Khamenei e episódios de repressão interna, como o caso de Mahsa Amini. Assinalou, ainda, a modernização de arsenais nucleares, a ausência de tratados de redução de armas. Por fim, defendeu diálogo, negociação e respeito a acordos internacionais para preservar a paz.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado manifestou indignação com os 57.329 casos de estupro de vulnerável registrados em 2025, assim como assinalou a gravidade da violência contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. Apontou o crescimento de 10,6% em relação a 2024 e destacou a situação da Região Norte, com ênfase no Amazonas e no Pará. Por fim, cobrou plano nacional de enfrentamento, ações contra a subnotificação, prestação de contas dos governos e fiscalização efetiva desta Casa.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada abordou a trajetória histórica das mulheres e sua luta pela dignidade, destacando avanços na educação superior, mas ressaltando a persistência da desigualdade salarial e a necessidade de maior representação feminina em espaços de liderança. Evidenciou conquistas no esporte e na cultura, porém enfatizou a violência contra mulheres como grave problema social, particularmente a violência vicária (quando o agressor ataca filhos e pessoas amadas para subjugar a mulher). Apresentou o Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, que tipifica essa forma de violência no ordenamento jurídico brasileiro, citando casos emblemáticos de Itumbiara (GO) e do Pará, e cobrou do Parlamento coragem legislativa para proteger mulheres e crianças.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a Caravana da Agricultura Familiar do Maranhão e assinalou que a iniciativa, em parceria com o Governo Federal liderado pelo Presidente Lula, fortalece a agricultura familiar, amplia a assistência técnica, capacitação e acesso a políticas públicas. Além disso, apontou efeitos na diversificação da produção, na inclusão social, na valorização cultural e no acesso a programas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por fim, pediu apoio contínuo da Casa ao setor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 21.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/03/2026

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado registrou o Dia Internacional da Mulher e assinalou a data como símbolo de luta, resistência e conquista de direitos, além de recordar avanços históricos como o voto, o trabalho, a participação política e a igualdade perante a lei. Além disso, apontou a persistência da violência, das desigualdades e da sub-representação feminina, bem como defendeu políticas públicas de proteção, educação, empreendedorismo e liderança. Finalizou homenageando as mulheres do Amapá e as Deputadas Federais do Estado.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado assinalou o crescimento do vício em jogos de azar, em especial nas *bets*, e evidenciou impactos nas finanças, na saúde emocional e nos vínculos familiares, com destaque para a vulnerabilidade de adolescentes e jovens. Além disso, celebrou o avanço do Projeto de Lei nº 4.583, de 2024, que criou o Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Ludopatia, bem como registrou iniciativa do Governo Federal no SUS para teleatendimento gratuito a pessoas com compulsão por jogos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou o novo pedido de *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, protocolado pelo Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, em razão de revelações envolvendo possível relação com questões ligadas ao Banco Master. Defendeu que a democracia se fortalece quando as instituições funcionam e os mecanismos de controle previstos na Constituição são respeitados. Ressaltou, também, que o instituto do *impeachment* é instrumento de preservação institucional e cobrou do Senado Federal rigor na análise dos fatos para que a verdade prevaleça.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado defendeu a implementação da tarifa zero no transporte público coletivo urbano. Assinalou que o modelo de financiamento estava esgotado e onerava o orçamento das famílias. Informou que a gratuidade assegura o direito social ao transporte e estimula a economia local, bem como reduz a poluição no País. Por fim, o propôs debates no Parlamento para viabilizar essa política de mobilidade sustentável.

ENCERRAMENTO